



Interpeleção Escrita

Num intervalo de três dias, foram descobertos três casos de crimes que envolveram empregadas domésticas, os quais incluem dois casos de furto e um de maus-tratos de criança. Estas ocorrências despertaram, mais uma vez, a maior consideração da sociedade sobre a qualidade das empregadas domésticas e a respectiva regulação.

Nos últimos anos, tem-se registado o rápido desenvolvimento económico de Macau e cada vez mais pais trabalham fora de casa, o que também aumenta as suas exigências quanto às empregadas domésticas. Segundo os dados disponíveis do Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP), até ao final de Janeiro de 2015, o número de empregadas domésticas em Macau atingia 21 954. Perante a falta das mesmas, a desactualização das leis e a ineficácia da regulação do Governo, são frequentes as irregularidades no âmbito das empregadas domésticas, por exemplo: seleccionam os patrões, “não se importam de ser despedidas”, entram no território com o estatuto de turistas para arranjar emprego e prestam serviços de má qualidade, etc. Ainda que fiquem insatisfeitos, os empregadores só podem tolerar as referidas situações, as quais reflectem precisamente o aprofundamento dos conflitos entre ambas as partes. O Governo da RAEM deve dar maior importância ao assunto, acelerando o preenchimento das lacunas nas leis correspondentes e aperfeiçoando a fiscalização do sector, com vista a resolver o caos existente e assegurar o desenvolvimento saudável do mercado das empregadas



domésticas.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Em Hong Kong, há cerca de 300 000 empregadas domésticas e a sua prática é: o Governo da RAEHK e os respectivos países de origem das mesmas dispõem de dados e acompanham a situação, tanto das empregadas, como dos empregadores. Caso haja problemas entre eles, os vistos de trabalho ou pedidos para contratar empregadas não são renovados, podendo assim dar garantias a ambas as partes. Em Macau, ainda não existem regimes semelhantes, então, vai o Governo aprender com esta prática ou apresentar algumas medidas melhores para assegurar os direitos, tanto das empregadas domésticas, como dos patrões?
2. Há turistas que procuram trabalho doméstico e permanecem na cidade. A situação mantém-se e perturba o mercado das empregadas domésticas. O Governo também reconhece as falhas do mecanismo de importação de empregadas e referiu que ia rever as leis correspondentes. Na sessão das interpelações orais realizada na Assembleia Legislativa em 25 de Novembro do ano passado, as autoridades afirmaram que iam entregar, dentro de um ano, ou no máximo até ao primeiro trimestre do ano subsequente, as propostas da Lei de contratação de trabalhadores não residentes e da Lei das relações de trabalho, para as respectivas discussões no Conselho Permanente de Concertação Social. Com vista a resolver a referida questão, o Governo já procedeu a vários diálogos com o Serviço de Migração do CPSP e o Gabinete para os Recursos Humanos.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Entretanto, ao responder a interpelações de deputados, no dia 23 de Janeiro, o Governo referiu que ia terminar a revisão das respectivas leis no primeiro trimestre deste ano, mas o 1.º trimestre está quase a acabar. Qual é o andamento da revisão das leis? Existe alguma calendarização?

3. As empregadas domésticas do Interior da China são normalmente importadas através de agências de emprego. Quanto às primeiras 103 empregadas, 70% foram premiadas pelos seus patrões com desempenho bom ou muito bom. Este ano, o Governo vai rever o regime do licenciamento das agências de emprego, regulando as tarifas e definindo o regime da formação dos respectivos profissionais. O Governo deve rever as leis, no sentido de atribuir às agências de emprego a importação de empregadas domésticas e o despedimento das mesmas. Quanto a isto, qual é a posição do Governo?

20 de Março de 2015

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Song Pek Kei